

Quatro propostas definem poderes da Constituinte

Da Sucursal de Brasília

As discussões em torno da definição da soberania do Congresso constituinte começavam ontem a se polarizar em torno de quatro alternativas. Pela primeira, o Congresso constituinte poderia fazer modificações na atual Constituição, ficando ainda para discutir se seriam por maioria absoluta ou pelo critério dos dois terços de votos a favor. Pela segunda, resoluções aprovadas pelo Congresso constituinte recomendariam modificações ao Congresso Nacional, que as aprovaria mediante dois terços de votos a favor. Pela terceira, o Congresso Nacional se autoconvocaria para emendar a atual Constituição. Na quarta alternativa, nada aconteceria, restringindo-se o Congresso constituinte a redigir e aprovar a futura Constituição.

Quem mais tem urgência, agora, de uma definição sobre a questão da soberania é o senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), 55, designado relator do projeto de regimento interno. Segundo ele, enquanto isso não for decidido, estará de mãos amarradas para apresentar seus trabalhos. E o prazo para

apresentação de emendas ao projeto de regimento interno se encerra nesta quinta-feira.

O deputado Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE), 57, defendeu, neste fim-de-semana, a tese da autolimitação do Congresso constituinte que se restringiria a reconhecer o mandato de Sarney (deixando para as disposições transitórias da futura Carta a duração do seu governo), eliminaria as salvaguardas (mantendo o estado de sítio localizado ou abrangente) e alteraria o sistema de aprovação dos decretos-leis. Segundo Egidio, findo o decurso de prazo, se eles não forem examinados, serão considerados rejeitados, ao contrário do que acontece hoje.

No entanto, o mais importante é que o deputado deverá propor um projeto de resolução reconhecendo a Constituição de 1967 com as modificações acima. Segundo ele, isso encerraria todo o debate sobre a soberania, com a autolimitação do Congresso constituinte.

Senadores

Preparando-se ontem para relatar o projeto de regimento interno, o senador Fernando Henrique Cardoso

estava convocando todos os seus colegas de Senado para conversas na liderança do PMDB. Segundo ele, os senadores estão agora extremamente arredios diante da tese da soberania, por temerem ainda uma virtual extinção da Casa.

Cardoso esperava também a eleição, marcada para hoje, do novo líder da bancada do PMDB na Câmara "para sentir para onde sopra o vento". A escolha de Milton Reis (MG), 58, representará a predominância dos conservadores na bancada. A eleição de Luiz Henrique (SC), 47, ou de João Herrmann (SP), 41, indicará um predomínio da centro-esquerda e esquerda da bancada peemedebista. Carlos Sant'Anna, segundo Cardoso, seria um candidato "confiável".

Segundo a Folha apurou, será o PFL quem mais apresentará resistência nas negociações com o PMDB em torno da soberania. Ontem, o líder pefelista, deputado José Lourenço, 54, disse que admite que o Congresso constituinte modifique a atual Carta, "mas por dois terços de votos".

Cardoso já confidenciou a amigos que o PT é um dos partidos que

menos tem apresentado obstáculos nas discussões sobre o regimento interno. "O PT está sendo muito realista", disse, acrescentando que o líder petista, Luis Inacio Lula da Silva, entendeu os motivos que levaram o senador a rejeitar, na discussão do regimento provisório, a figura dos atos constitucionais com a qual os petistas queriam modificar já a Constituição atual.

Cardoso disse ontem que espera mais de quinhentas emendas, até quinta-feira, ao projeto de regimento interno. Preparando-se para o acúmulo de trabalho —terá apenas cinco dias para redigir seu parecer— o senador pediu ontem a ajuda dos computadores do Prodasen, da assessoria técnica do Senado e de todas as secretarias das Mesas das duas Casas do Congresso Nacional.

O líder do PMDB espera receber, com isso, o reforço de, pelo menos, mais 25 funcionários, que se somarão aos vinte que trabalham, normalmente, em seu gabinete de liderança.

Cardoso afirmou que, na discussão dos 34 artigos do regimento provisório, teve que examinar 165 emendas para esses artigos. O projeto de regimento definitivo tem 67 artigos.